



GA PRT 216

Procedimento de Supressão, Poda Vegetal e Romaneio da Madeira

Sumário

1	OBJETIVO E ESCOPO DE APLICAÇÃO	3
1.1	Objetivo	3
1.2	Escopo de Aplicação / Divulgação	3
2	DEFINIÇÕES E REQUISITOS LEGAIS	3
2.1	Requisitos Legais.....	3
2.2	Definições	4
3	DIRETRIZES GERAIS	6
3.1	Serviços Preliminares	6
3.1.1	Documentação Mínima Necessária.....	6
3.1.2	Demarcação Topográfica – para atividades em fragmentos florestais	7
3.1.3	Sinalização e Isolamento da Área	7
3.1.4	Identificação, Homologação e Implantação do Pátio de Madeira.....	7
3.1.5	Autorização das Intervenções Ambientais e dos Pátios de Madeira – Concessionárias Federais.....	8
3.1.6	Implantação do Pátio de Madeira – Concessionárias Federais.....	8
3.2	Serviços Operacionais	8
3.2.1	Resgate de Flora e Germoplasma	8
3.2.2	Resgate e Afugentamento de Fauna.....	9
3.2.3	Empilhamento, Acondicionamento e Cubagem do Material Lenhoso	9
3.2.4	Destinação Final da Madeira.....	10
3.2.5	Venda ou Doação de Material Lenhoso	10
3.2.6	Trituração do Material Lenhoso	10
3.3	Supressão de Árvores Com Risco de Queda ou Atrapalhando a Operação da Rodovia	10
3.4	Poda de Ramos e Galhos.....	12
3.4.1	Poda de Ramos e Galhos – Equipe externa (Terceiros)	13
3.4.2	Fluxograma das Atividades de Poda	14
3.5	Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva	14
3.6	Fluxograma dos Processos de Supressão Vegetal	14
4	RESPONSABILIDADES	15
5	ACOMPANHAMENTO E CONTROLE	15
5.1	Dúvidas e Exceções.....	15
5.2	Sanções	15
5.3	Controle e Histórico de Versões.....	16
6	ANEXOS.....	17

1 OBJETIVO E ESCOPO DE APLICAÇÃO

1.1 Objetivo

O presente procedimento visa descrever e orientar a sistemática para a execução da atividade de supressão vegetal, poda e romaneio da madeira para obras de construção, ampliação de capacidade, manutenção, conservação e melhoramento de rodovias, atividades desenvolvidas na faixa de domínio, operações rotineiras/periódicas e de emergência desenvolvidas no âmbito das concessionárias do Grupo Arteris em atendimento a legislação ambiental vigente e de acordo com técnicas e metodologias consolidadas para a execução da atividade.

1.2 Escopo de Aplicação / Divulgação

Este procedimento se aplica as concessionárias do Grupo Arteris e as empresas prestadoras de serviço e deve ser dado conhecimento deste procedimento a todos os gestores das concessionárias do Grupo Arteris bem como aos gestores e colaboradores das empresas prestadoras dos serviços de supressão vegetal e romaneio da madeira.

2 DEFINIÇÕES E REQUISITOS LEGAIS

2.1 Requisitos Legais

As concessionárias do Grupo Arteris deverão seguir todas as legislações aplicáveis no âmbito Federal, Estadual e Municipal bem como àquelas que vierem a surgir após a publicação deste procedimento. Caberá a cada Concessionária avaliar as legislações Estaduais e Municipais aplicáveis:

- Lei Federal nº 12.727/2012 - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa;
- Lei Federal nº 12.651/2012 - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa;
- Lei Federal nº 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica) - Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica;
- Decreto Federal nº 6.660/2008 - Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica;
- Lei Federal nº 6.938/1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação;
- Lei Federal nº 9.605/1998 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;
- Decreto Federal nº 6.514/2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações;
- Lei Federal nº 9.960/2000 - Institui a Taxa de Serviços Administrativos - TSA, estabelece preços a serem cobrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama e cria a Taxa de Fiscalização Ambiental - TFA;
- Lei Complementar nº 140/2011 - Fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora;
- Lei Estadual 13.550/2009 - Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Cerrado no Estado de São Paulo;
- Instrução Normativa nº 06/2009 - Dispõe sobre a emissão da Autorização de Supressão de Vegetação - ASV e as respectivas Autorizações de Utilização de Matéria-Prima Florestal - AUMPF nos empreendimentos licenciados pela Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA que envolvam supressão de vegetação;
- Instrução Normativa IBAMA nº 06/2014 - Regulamenta o Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - RAPP.
- Instrução Normativa nº 21/2014 alterada pelas Instruções Normativas 12/15, 09/16 e 13/17 - Instituir o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - Sinaflor;

- Instrução Normativa nº 09/2016 - Gerou a redação de alguns artigos de instruções anteriores e revogou outros, especialmente da Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24 de dezembro de 2014.
- Instrução Normativa nº 1/2017 - Trata dos procedimentos de suspensão e/ou bloqueio no Documento de Origem Florestal (DOF).
- Instrução Normativa nº 13/2017 - Estabelece que o SINAFLOR deverá ser obrigatoriamente utilizado, em âmbito nacional;
- Portaria MMA nº 09/2007 - Reconhece as áreas prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira;
- Portaria MMA nº 289/2013 alterada pela Portaria MMA 365/14 - Dispõe sobre procedimentos a serem aplicados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, no licenciamento ambiental de rodovias e na regularização ambiental de rodovias federais;
- Portaria MMA nº 443/2014 - Reconhece a Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção;
- Resolução CONAMA nº 302/2002 - Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de APPs;
- Resolução CONAMA nº 303/2002 - Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de APPs de reservatórios artificiais e regime de uso do entorno;
- Resolução CONAMA nº 307/2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- Resolução CONAMA nº 379/2006 - Cria e regulamenta sistema de dados e informações sobre a gestão florestal no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama);
- Resolução CONFEA nº 218/73 - Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia.
- Resolução SMA 70/2018 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental de intervenções destinadas à conservação e melhorias de rodovias, e sobre o Programa de Gerenciamento de Risco PGR e o Plano de Ação de Emergência PAE para transporte de produtos perigosos em rodovias.
- Resolução SMA 30/2000 - Dispõe sobre o cadastro e o licenciamento ambiental de intervenções destinadas às áreas de apoio de obras rodoviárias em locais sem restrição ambiental.
- Norma ABNT NBR nº 15.486 - Dispõe sobre segurança no tráfego, dispositivos de contenção viária e diretriz correlata.
- Resolução CONAMA nº 001/1994 – Define vegetação primária e secundária nos estágios pioneiro, inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de exploração da vegetação nativa de São Paulo;
- Resolução CONAMA nº 002/1994 – Define formações vegetais primárias e estágios sucessionais de vegetação secundária, com finalidade de orientar os procedimentos de licenciamento de exploração da vegetação nativa do Paraná;
- Resolução CONAMA nº 004/1994 – Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais em Santa Catarina;
- Resolução CONAMA nº 006/1994 – Estabelece definições e parâmetros mensuráveis para análise de sucessão ecológica da Mata Atlântica no Rio de Janeiro;

2.2 Definições

Para efeito desta norma são definidos os seguintes termos:

Termo	Descrição
Ampliação da Capacidade de Rodovias	Conjunto de operações que resultam no aumento da capacidade do fluxo de tráfego da rodovia pavimentada existente e no aumento na segurança de tráfego de veículos e pedestres, compreendendo a duplicação rodoviária integral ou parcial, construção de multifaixas e implantação ou substituição de obras de arte especiais para duplicação.
ASV	Autorização de Supressão de Vegetação.
APP	Área de Preservação Permanente.
AUMPF	Autorização de Utilização de Matéria-Prima Florestal.
BSO	Base Serviço Operacional
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo.
CFBio	Conselho Federal de Biologia.
Conservação de Rodovias Pavimentadas	Conjunto de operações rotineiras, periódicas e de emergência, que têm por objetivo preservar as características técnicas e operacionais do sistema rodoviário e suas instalações físicas, proporcionando conforto e segurança aos usuários.
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente.
CONFEA	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.
DER	Departamento de Estrada de Rodagem.
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
DOF	Documento de Origem Florestal.
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Faixa de Domínio	Área de utilidade pública, de largura variável em relação ao seu comprimento, delimitada pelo órgão responsável pela rodovia, incluindo áreas adjacentes adquiridas pela administração rodoviária para fins de ampliação da rodovia, e constituída por pistas de rolamento, obras de arte especiais, acostamentos, dispositivos de segurança, sinalização, faixa lateral de segurança, vias e ruas laterais, vias arteriais locais e coletoras, demais equipamentos necessários à manutenção, fiscalização, monitoramento, vigilância e controle, praças e demais estruturas de atendimento aos usuários.
Implantação de Rodovia	Construção de rodovia, pavimentada ou não, em acordo com as normas rodoviárias de projetos geométricos e que se enquadram em determinada classe estabelecida pelo DNIT.
Lenha Exótica	Material resultante da supressão em indivíduos arbóreos de espécies que se estabelece para além da sua área de distribuição natural, depois de ser transportada e introduzida intencional ou acidentalmente pelo homem
Lenha Nativa	Material resultante da supressão em indivíduos arbóreos de espécies que são naturais da própria região onde vive, ou seja, que cresce dentro dos seus limites naturais incluindo a sua área potencial de dispersão.
Manutenção de Rodovias Pavimentadas	Processo sistemático e contínuo de correção, devido a condicionamentos cronológicos ou decorrentes de eventos supervenientes a que deve ser submetida uma rodovia pavimentada, no sentido de oferecer permanentemente ao usuário, tráfego econômico, confortável e seguro, por meio das ações de conservação, recuperação e restauração realizadas nos limites da sua faixa de domínio.
Matéria-Prima Florestal	Todo o produto de origem florestal que não tenha sido submetido a processamento.
Melhoramento em Rodovias Pavimentadas	Conjunto de operações que modificam as características técnicas existentes ou acrescentam características novas à rodovia já pavimentada, nos limites de sua faixa de domínio, visando a adequação de sua capacidade a atuais demandas operacionais e assegurando sua utilização e fluidez de tráfego em

	um nível superior por meio de intervenção na sua geometria, sistema de sinalização e segurança e adequação ou incorporação de elementos nos demais componentes da rodovia.
Operações de Emergência	Operações que se destinam a recompor, reconstruir ou restaurar trechos e obras de arte especiais que tenham sido seccionados, obstruídos ou danificados por evento extraordinário ou catastrófico, que ocasiona a interrupção do tráfego ou coloca em flagrante risco seu desenvolvimento.
Operações Rotineiras ou Periódicas	Operações que têm por objetivo evitar o surgimento ou agravamento de defeitos, bem como manter os componentes da rodovia em boas condições de segurança e trafegabilidade.
Pátio Homologado	Local previamente aprovado pelo órgão ambiental competente, para depósito de produtos e subprodutos florestais nativos, como madeira, lenha e carvão
Produto Florestal Bruto	Aquele que se encontra no seu estado bruto ou in natura, nas seguintes formas: Madeira em tora, torete, poste não imunizado, escoramento, estaca e mourão, acha e lasca nas fases de extração/fornecimento, lenha, palmito, xaxim.
Produto Florestal Processado	Madeira beneficiada e resíduo resultante do beneficiamento.
SAU	Serviço de Atendimento ao Usuário.
SINAFLO	Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais.
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente.
SPASF	Subprograma de Afugentamento e Salvamento de Fauna.
SPRTGV	Subprograma de Resgate e Transplante de Germoplasma Vegetal.

3 DIRETRIZES GERAIS

3.1 Serviços Preliminares

3.1.1 Documentação Mínima Necessária

O início das atividades de supressão vegetal está condicionado a avaliação da necessidade da emissão da Autorização de Supressão de Vegetação (ASV) pelo Órgão Ambiental ou dispensa de autorização para supressão, seguida da respectiva autorização formal da Coordenação de Meio Ambiente da Concessionária, denominada Autorização de Intervenção de Área Vegetada.

A empresa executora deverá encaminhar ao setor de meio ambiente da concessionária, com antecipação mínima de 15 dias do início das atividades, a cópia dos seguintes documentos:

- (i) Licença para porte e uso de motosserra acompanhada da Guia de Recolhimento da União (GRU) e do comprovante de quitação;
- (ii) Certificado de treinamento do(s) operador(es) de motosserra(s);
- (iii) Nota fiscal da(s) motosserra(s);
- (iv) Certificado de Regularidade (CR) válido da empresa, para atividade de uso próprio de motosserra;
- (v) Cronograma detalhado de execução da supressão vegetal.

Caso, ocorra a necessidade de executar supressões emergenciais, estas documentações podem ser enviadas posteriormente a execução do serviço, devido à situação de risco, principalmente em feriados e finais de semana.

Uma cópia de cada um dos documentos abaixo relacionados deve ser mantida, obrigatoriamente, junto à frente de serviço para fins de facilitação da fiscalização pelos órgãos ambientais e pela equipe de supervisão ambiental:

- (i) Autorização de Intervenção de Área Vegetada;
- (ii) Autorização de Supressão de Vegetação (ASV);
- (iii) Licença para porte e uso de motosserra acompanhada da Guia de Recolhimento da União (GRU) e do comprovante de quitação.

Cabe a equipe de meio ambiente da concessionária providenciar a obtenção da Autorização de manejo (Abio ou demais autorizações), quando aplicável, para fins de regularização da etapa de resgate e salvamento de recursos faunísticos, quando aplicável. A referida autorização deverá relacionar a equipe que atuará nas atividades de supressão vegetal para garantir o afugentamento e resgate da fauna nas áreas intervindas, equipe esta, que deverá obrigatoriamente portar o documento para fins de fiscalização.

Após análise da documentação a equipe de meio ambiente poderá requerer ajustes e adequações na documentação enviada, bem como solicitar reunião de alinhamento junto as empresas contratadas.

Cabe salientar que para a execução dos serviços de supressão vegetal e romaneio da madeira é necessária a observância das Regras de Ouro de Proteção ao Meio Ambiente de nº 1, a saber:

- (i) **Regra de Ouro de Proteção ao Meio Ambiente nº 1** – Não cortar ou permitir o corte de vegetação ou fazer intervenção em rios, nascentes ou topo de morro sem prévia autorização formal do setor de meio ambiente.

3.1.2 Demarcação Topográfica – para atividades em fragmentos florestais

Previamente ao início das atividades, o perímetro da área a ser suprimida deve ser percorrido, delimitado e demarcado pela equipe de topografia local por intermédio da utilização de equipamentos de alta precisão e com o emprego de estacas, bambus, fitas e/ou outros artefatos que possibilitem ao(s) operador(es) a clara visualização dos limites da área a ser intervinda.

Este procedimento visa garantir que somente os indivíduos vegetais localizados nos perímetros estabelecidos, devidamente licenciados, sejam suprimidos, conforme a Autorização de Supressão de Vegetação (ASV) emitida pelo órgão ambiental.

Para caso de supressões emergenciais ou supressões de árvores isoladas caberá apenas a identificação pontual do indivíduo arbóreo a ser suprimido.

3.1.3 Sinalização e Isolamento da Área

Por se caracterizar como uma atividade de alto risco, é imprescindível que somente pessoas treinadas e habilitadas estejam na área durante o andamento da supressão. As áreas devem ser sinalizadas e isoladas, dobrando-se os cuidados quando a atividade estiver sendo executada em área contígua a pista com tráfego de veículos.

3.1.4 Identificação, Homologação e Implantação do Pátio de Madeira

Previamente ao início das atividades, com antecedência mínima de 30 dias, deve-se proceder a identificação e homologação do(s) pátio(s) de madeira onde será estocado, organizado e cubado o material lenhoso resultante da supressão vegetal.

A escolha do local de estocagem do material lenhoso deve observar os seguintes critérios:

- (i) Estar localizado dentro da faixa de domínio da rodovia;
- (ii) Estar localizado fora de áreas de preservação permanente (APPs);
- (iii) Estar localizado em área relativamente plana e de fácil acesso;
- (iv) Estar localizado, preferencialmente, em pontos onde possa haver monitoramento por câmeras ou nas proximidades de praças, balanças, bases e SAUs;
- (v) Não estar localizado em áreas de avanço da obra ou de instalação de canteiros de apoio;

- (vi) Para o caso de supressões emergenciais ou supressões de árvores isoladas, a lenha poderá ficar enleirada dentro da faixa de domínio para posterior destinação, não havendo a necessidade de envio para os pátios de madeira homologados junto ao IBAMA.

Após definidos os locais para disposição temporária ou definitiva da madeira (pátios homologados), a equipe de obras da Concessionária deverá enviar as informações da área (Fotos e Croqui no formato kmz.), para que a Coordenação de Meio Ambiente proceda com o cadastramento e homologação destes locais de depósito de madeira junto ao IBAMA, quando necessário.

3.1.5 Autorização das Intervenções Ambientais e dos Pátios de Madeira – Concessionárias Federais

O processo de autorização por parte da área ambiental da concessionária descrito nas Regras de Ouro de Proteção ao Meio Ambiente nº 1 e nº 3 será formalizado por intermédio da **Autorização de Intervenção de Área Vegetada**, emitida pela Coordenação de Meio Ambiente da Concessionária por meio do Software Sys-Amb.

3.1.6 Implantação do Pátio de Madeira – Concessionárias Federais

Para a implantação dos pátios de madeira, devem ser observadas as seguintes orientações:

- (i) A Concessionária deve delimitar seus pátios utilizando-se para isto mourões de madeira ou concreto, arames e placas.
- (ii) O Pátio de madeira deve ser identificado com placa de metal com dimensões mínimas de 1m X 1m fixada ao solo contendo a logomarca da Concessionária e a denominação/identificação do local, das instruções de controle ambiental e da proibição da movimentação ou remoção da madeira sem a autorização expressa da concessionária;
- (iii) O material lenhoso proveniente da supressão deve ser depositado de maneira organizada, dentro dos limites da área prevista e tomando o cuidado para que não sobreponha à área demarcada, ficando o material a pelo menos 1 metro de distância do limite da área;
- (iv) As pilhas de madeira não deverão ter altura maior do que 2 metros, e comprimento maior do que 15 metros;
- (v) Não é permitido o depósito de resíduos ou outro tipo de material na área do pátio de madeira;
- (vi) É expressamente proibida a queima do material lenhoso e o uso de produtos químicos para a supressão vegetal.

3.2 Serviços Operacionais

Os serviços de operacionalização da supressão vegetal deverão iniciar somente após a autorização formal da equipe de meio ambiente da concessionária, por meio da **Autorização de Intervenção de Área Vegetada ou Dispensa de Autorização**, e devem seguir estritamente as orientações contidas na autorização emitida e na legislação ambiental.

É necessária avaliação prévia da área a ser suprimida com o intuito de verificar a presença de ninhos ou demais abrigos na área de intervenção. Caso seja verificada a presença de animais silvestres, ninhos e/ou abrigos, a atividade deverá ser acompanhada por uma equipe de resgate e afugentamento de fauna. Os itens 3.2.1 e 3.2.2 a seguir deverão ser realizados apenas se estiverem como exigências na Autorização para Supressão de Vegetação (ASV).

3.2.1 Resgate de Flora e Germoplasma

O resgate de flora e germoplasma deve ser realizado por equipe de empresa especializada coordenada por um biólogo ou engenheiro florestal que percorrerá a área previamente ao início das atividades de supressão vegetal visando identificar, resgatar e translocar epífitas, propágulos, plântulas, mudas pequenas, sementes dentre outros materiais vegetais potencialmente úteis nos trabalhos de revegetação conforme plano de trabalho a ser definido em documento específico.

Na impossibilidade de coleta do material genético por fatores adversos previamente à supressão vegetal, este poderá ocorrer de maneira concomitante à derrubada das árvores, desde que possa ser realizado com segurança.

Esta atividade só ocorrerá quando demandado com condicionante na autorização de supressão de vegetação (ASV) emitida pelo órgão ambiental.

3.2.2 Resgate e Afugentamento de Fauna

O resgate e afugentamento de fauna deve ser iniciado no período imediatamente anterior ao início do corte de vegetação e perdurará durante toda a execução da atividade, devendo ser realizado por equipe de empresa especializada, coordenada por biólogo ou médico veterinário no intuito de realizar uma varredura extensiva diária de toda a área com a intenção de afugentar a fauna silvestre. Cabe salientar que é obrigatória a obtenção da autorização de resgate e manejo de fauna silvestre junto ao órgão ambiental competente.

Ninhos e animais de baixa mobilidade devem ser resgatados e soltos na região do entorno, salvo quando se considere necessário, a critério do biólogo ou médico veterinário responsável, o seu envio para a área de triagem.

É expressamente proibida a realização da supressão vegetal sem o devido acompanhamento da equipe de resgate e afugentamento de fauna, quando identificada esta necessidade na etapa de avaliação prévia da área a ser suprimida.

Para atividades da conservação, a equipe de meio ambiente da concessionária ou equipe delegada para tal atividade avaliará se há ocorrências de ninhos ou fauna para afugentamento, sem a necessidade de se obter uma autorização para manejo de fauna.

3.2.3 Empilhamento, Acondicionamento e Cubagem do Material Lenhoso

O empilhamento e acondicionamento do material lenhoso nos locais de disposição temporária ou definitiva da madeira (pátios homologados) é etapa complementar à execução da limpeza da área e do corte dos exemplares arbóreos.

As toras padronizadas devem ser empilhadas de acordo com a finalidade de uso (pilhas de lenha e de toras separadamente) e cubadas para a determinação do volume gerado.

A empreiteira contratada para os serviços de supressão vegetal deve entregar mensalmente a Coordenação de Meio Ambiente da Concessionária um relatório descritivo e fotográfico das atividades executadas contendo, mas não se limitando a:

- Registros fotográficos de todas as etapas descritas, devidamente datados e comprovando a regularidade na execução dos serviços, inclusive no tocante ao uso de todos os EPIs necessários a segura execução da atividade;
- Tabela de cadastro das motosserras mobilizadas para o contrato e utilizadas para os serviços de supressão vegetal contendo dados do número de série, número da nota fiscal e validade da licença de porte e uso de cada equipamento;
- Registro dos dados obtidos em campo referentes ao romaneio da madeira, elaborado em planilha editável indicada pela Coordenação de Meio Ambiente, em consonância com as necessidades de cada Concessionária, atendendo aos padrões específicos dos sistemas e plataformas informatizadas para a gestão da madeira (SINAFLORE e Sistemas Estaduais), e aos padrões dos relatórios específicos de reportes aos órgãos ambientais e fiscalizadores (cumprimento de condicionantes ambientais, relatórios semestrais e anuais etc.).
- Via assinada pelo responsável da atividade, da planilha de registro dos dados obtidos em campo referentes ao romaneio da madeira.

3.2.4 Destinação Final da Madeira

À madeira oriunda da supressão vegetal, pode ser dado aproveitamento na obra ou destinação final conforme determina a legislação vigente e com a observância das políticas internas da Arteris.

A destinação final do estoque madeireiro deve ser conduzida pela Concessionária local dentro dos padrões e procedimentos definidos pelo IBAMA, sob a estrita observação da Coordenação de Meio Ambiente da Concessionária.

O Documento de Origem Florestal (DOF), instituído pela Portaria nº 253, de 18 de agosto de 2006, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), constitui licença obrigatória para o transporte e armazenamento de produtos florestais de origem nativa, inclusive o carvão vegetal nativo, contendo as informações sobre a procedência desses produtos, nos termos do art. 36 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Lei de Proteção da Vegetação Nativa).

A emissão do documento de transporte e demais operações devem ser realizadas eletronicamente por meio do sistema do órgão ambiental, disponibilizado via internet pelo IBAMA, conforme formulário específico previsto no anexo I da Instrução Normativa nº 21, de 23 de dezembro de 2014 – alterada pelas Instruções Normativas nº 12/2015, 09/2016 e 13/2017.

Para os Estados que possuem sistemas e plataformas informatizadas específicas para a gestão da madeira, deve-se procurar orientação junto à Coordenação de Meio Ambiente da Concessionária.

A condução dos processos de destinação da madeira nos sistemas informatizados do Órgão Ambiental não exime a concessionária de manter controle planilhado que atenda aos padrões específicos dos sistemas e plataformas informatizadas para a gestão da madeira (SINAFLO e Sistemas Estaduais), e aos padrões dos relatórios específicos de reportes aos órgãos ambientais e fiscalizadores (cumprimento de condicionantes ambientais, relatórios semestrais e anuais etc.).

Cabe a coordenação ambiental da concessionária presar pela regularidade na atualização do Romaneio da Madeira para que se mantenha a rastreabilidade do material lenhoso oriundo da supressão vegetal enquanto em custódia da empresa ou, após a destinação final, descrevendo para qual destinatário tenha sido enviada.

Na eventualidade de furto de madeira estocada, cabe a Coordenação de Meio Ambiente da Concessionária ou alguém por esta designado, desde que funcionário da Arteris, o registro do boletim de ocorrência junto à polícia, com o posterior registro desta informação no controle planilhado específico de cada Concessionária.

3.2.5 Venda ou Doação de Material Lenhoso

A Concessionária poderá realizar a doação do material lenhoso, desde que não ocorra transporte para fora do empreendimento. Cumpre mencionar que é considerado empreendimento toda a faixa de domínio da Concessionária.

A doação do material poderá ser realizada após a avaliação do programa de integridade, e mediante o devido preenchimento do **Contrato Particular de Doação (Anexo 1)**, com a posterior assinatura pelo receptor da madeira.

3.2.6 Trituração do Material Lenhoso

Caso a madeira não seja ofertada para obtenção do DOF, a Concessionária poderá realizar a trituração do material lenhoso de modo a descaracterizá-lo e posteriormente realizar a devida destinação dentro da faixa de domínio.

3.3 Supressão de Árvores Com Risco de Queda ou Atrapalhando a Operação da Rodovia

Quer seja por sua senescência, depleção, fitossanidade e/ou outros eventos, as árvores podem apresentar problemas estruturais que aumentam a possibilidade de sua queda, culminando em risco aos usuários que trafegam pela Rodovia e/ou às instalações próximas desta.

O corte de árvores com risco de queda ou que estejam atrapalhando a operação rodoviária deve seguir alguns preceitos básicos para que possa ser autorizado.

Para aquelas com risco de queda, se faz necessária uma avaliação preliminar conduzida por profissionais treinados e preparados para a identificação dos problemas/defeitos mais comuns e que podem incidir em risco de tombamento.

Deve-se proceder uma análise de cada indivíduo arbóreo cujo risco de queda precise ser verificado, respondendo as seguintes perguntas:

- a) Há galhos grandes e mortos na árvore?
- b) A árvore apresenta cavidades ou madeira apodrecida ao longo do tronco ou nos galhos maiores?
- c) Há fungos, do tipo “Orelha-de-pau” (**Figura 1**), na base da árvore?
- d) As árvores ao redor caíram ou morreram?
- e) O tronco possui inclinação acentuada?
- f) A árvore apresenta sinais de poda intensa?
- g) As raízes encontram-se partidas, danificas ou lesionadas por alteração do nível do solo, por pavimentação, por reparos em áreas adjacentes à sua estrutura ou por escavação (antrópica ou não)?
- h) A maioria dos galhos estruturais se origina a partir de um único ponto do tronco?
- i) Existe histórico de quedas de árvores no mesmo ponto?
- j) A árvore encontra-se sobre áreas úmidas com solo raso?
- k) A árvore está próxima a faixa de rolamento (menos de 9 m)?
- l) A projeção da queda está orientada sobre a faixa de rolamento?



Figura 1. Exemplo arbóreo com presença de Fungos do Tipo Orelha de pau (*Pycnoporus sanguineus*) - Fonte: Autopista Fluminense S.A., 2019

Para a vistoria de campo deve-se levantar as seguintes informações:

- Espécie;
- DAP;
- Altura;
- Volume;
- Distância da faixa de rolamento;
- Origem da espécie;
- Coordenada geográfica;
- Projeção da queda
- Existência de ninhos ou abrigos de fauna.

Após a avaliação, se constatada a necessidade da supressão da árvore, é necessário alinhamento junto à empresa executora da atividade, o responsável da Concessionária e à Coordenação de Meio Ambiente da Concessionária para a programação e operacionalização da atividade. Caso haja necessidade de resgate de flora e fauna, a empresa executora destas atividades também deverá ser envolvida nesta atividade.

Previamente ao início do corte, com prazo mínimo de 07 (sete) dias ao início dos cortes, a(s) área(s) deverá(ão) ser demarcada(s) e o(s) indivíduo(s) devidamente registrado(s).

Após os alinhamentos iniciais, caberá a Coordenação de Meio Ambiente da Concessionária a emissão da **Autorização Para Intervenção em Área Vegetada e/ou de Preservação Permanente (Anexo 1)** em consonância aos preceitos da **Regra de Ouro de Proteção ao Meio Ambiente nº 1**: Não cortar ou permitir o corte de vegetação ou fazer intervenção em rios, nascentes ou topo de morro sem prévia autorização formal do setor de meio ambiente.

Após autorizado o corte pela Coordenação de Meio Ambiente da Concessionária, se dará a supressão dos exemplares arbóreos com risco de queda. Deverá ser analisado, caso a caso, por profissional qualificado para a operacionalização da atividade, a direção da queda da árvore, para evitar que esta caia sobre a pista de rolamento e/ou em áreas adjacentes que possuam estruturas físicas.

Cabe salientar que toda atividade na faixa de domínio deve ter a observância da necessidade de comunicação ao Centro de Controle Operacional (CCO) da Concessionária.

Os cortes de árvores que estejam atrapalhando a operação da rodovia devem ser formalizados e devidamente justificados pelo setor reclamante, a Coordenação de Meio Ambiente da Concessionária avaliará a necessidade de corte e dará andamento a solicitação da ASV ou autorização quando este for necessário.

Quando houver risco grave e iminente ao usuário, a edificações ou ainda a estruturas fixas de apoio e suporte à operação da rodovia, o corte poderá ser executado desde que comunicado anteriormente à Coordenação de Meio Ambiente da Concessionária.

À madeira resultante do corte de árvores com risco de queda ou que estejam atrapalhando a operação rodoviária deve ser dado o mesmo tratamento e destinação que as demais resultantes do processo de supressão vegetal. Deve-se priorizar ainda a disposição da madeira em pátios existentes e já homologados ou armazenados dentro da faixa de domínio com as devidas autorizações. Caso seja necessária a criação de um novo pátio de madeira a Coordenação de Meio Ambiente da Concessionária deverá ser comunicada em tempo para os devidos trâmites junto aos órgãos ambientais.

3.4 Poda de Ramos e Galhos

A poda, como atividade de manutenção e conserva, visa basicamente conferir à árvore uma forma adequada, eliminando os ramos mortos, fracos, danificados e/ou praguejados. Servindo para manter a integridade física dos usuários da via, da segurança viária, evitando danos à equipamentos urbanos, veículos ou edificações sob responsabilidade da Concessionária.

As podas, podem ser divididas em:

- 1) Poda de Limpeza: Empregada para impossibilitar que a queda de ramos e/ou galhos mortos e secos coloquem em risco a integridade física dos usuários ou da segurança viária, bem como, comprometam o desenvolvimento sadio das árvores. Estes galhos podem, em algumas circunstâncias, ter dimensões consideráveis que tornem o trabalho mais difícil;
- 2) Poda de Correção: Empregada para eliminar problemas estruturais, removendo parte da árvore em desarmonia ou que comprometa a estabilidade do indivíduo arbóreo, como ramos cruzados e aqueles com bifurcação em v, que mantém a casca inclusa e formam pontos de ruptura. Também é realizada com o objetivo de equilibrar a copa;
- 3) Poda de Adequação: Empregada para solucionar ou amenizar conflitos entre equipamentos urbanos e a arborização, como por exemplo rede de fiação aérea, sinalização das placas de trânsito da rodovia, interferência na visualização de câmeras do CCO, iluminação pública, placas de propaganda. Entretanto, antes de realizar este tipo de poda, é importante consultar o Setor de Manutenção da Concessionária, haja visto o risco com linhas

energizadas, e o Setor de Segurança do Trabalho da Concessionária, para conhecimento dos cuidados a serem tomados pelos trabalhadores.

- 4) Poda de Emergência: Empregada para remover partes da árvore como ramos e/ou galhos que se quebram durante ocorrência de chuva, tempestades ou ventos fortes e que colocam em risco a integridade física dos usuários, da segurança viária ou das edificações e instalações sob responsabilidade da Concessionária.

Conhecer as características dos galhos e das suas funções em relação ao resto da árvore, é importante e contribui para que a ação de poda seja menos traumática e invasiva para o indivíduo arbóreo.

Caberá a empresa executora avaliar as legislações locais vigentes quanto a melhor maneira da execução da poda. Ficará a cargo de cada Concessionária avaliar a necessidade de emissão de autorizações específicas para a execução das podas.

3.4.1 Poda de Ramos e Galhos – Equipe externa (Terceiros)

Em caso de pedido por entidades privadas, para realizar por conta própria a poda e supressão de árvores, em que estas sejam donas de estabelecimentos que perpassem ou interfiram na faixa de domínio como redes de energia ou outras, estas deverão apresentar o pedido via e-mail ou escritório, solicitando a poda ou supressão diretamente para a Equipe de Faixa de Domínio de cada Concessionária, por meio do **Formulário de Requerimento de Poda e Corte de Árvores (Anexo 2)**.

As autorizações serão avaliadas pelo setor de Meio ambiente caso a caso, levando em consideração as legislações vigentes.

A verificação se as árvores se encontram dentro dos limites da faixa de domínio da rodovia, será de responsabilidade da Equipe de Faixa de Domínio de cada Concessionária.

A Lei nº 9.605 de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), prevê que tanto as aves silvestres como os seus ninhos estão protegidos, e, portanto, não podem ser removidos. Dessa forma, o correto é evitar a poda das árvores que estiverem sendo utilizadas para reprodução das aves, salvo o caso de poda emergencial que impute em risco iminente para os usuários, população lindeira e para o patrimônio público ou privado. Sendo assim, o solicitante deve acionar equipe específica de Resgate e Salvamento de Fauna para que faça o remanejamento do ninho identificado da forma adequada quando houver a necessidade. Em outros casos, em que haja a presença de animais, a poda não será autorizada.

Quando há o indeferimento do pedido, o solicitante é comunicado através de correio eletrônico (e-mail) pela Equipe de Faixa de Domínio da Concessionária, por meio do envio do **Anexo 2** devidamente assinado pelo setor de Meio Ambiente, e mediante apresentação de justificativa, sendo o processo arquivado na rede local.

Quando há o deferimento do pedido, o solicitante é comunicado através de correio eletrônico (e-mail) pela Equipe de Faixa de Domínio da Concessionária, sendo o processo liberado por meio do envio do **Anexo 2** devidamente assinado pelo setor de Meio Ambiente, e do envio da Autorização para Execução de Serviço emitida pela Equipe de Faixa de Domínio da Concessionária, contendo informações sobre a responsabilidade Civil e Criminal do solicitante por eventuais danos ambientais que causar em decorrência dos serviços autorizados.

Para as solicitações externas, o solicitante deverá apresentar o **Relatório de Poda e Corte de Árvores (Anexo 3)**, bem como evidenciar a correta destinação do material proveniente da atividade.

3.4.2 Fluxograma das Atividades de Poda

O fluxograma para execução das atividades de poda nas rodovias federais é apresentado na **Figura 2** a seguir.

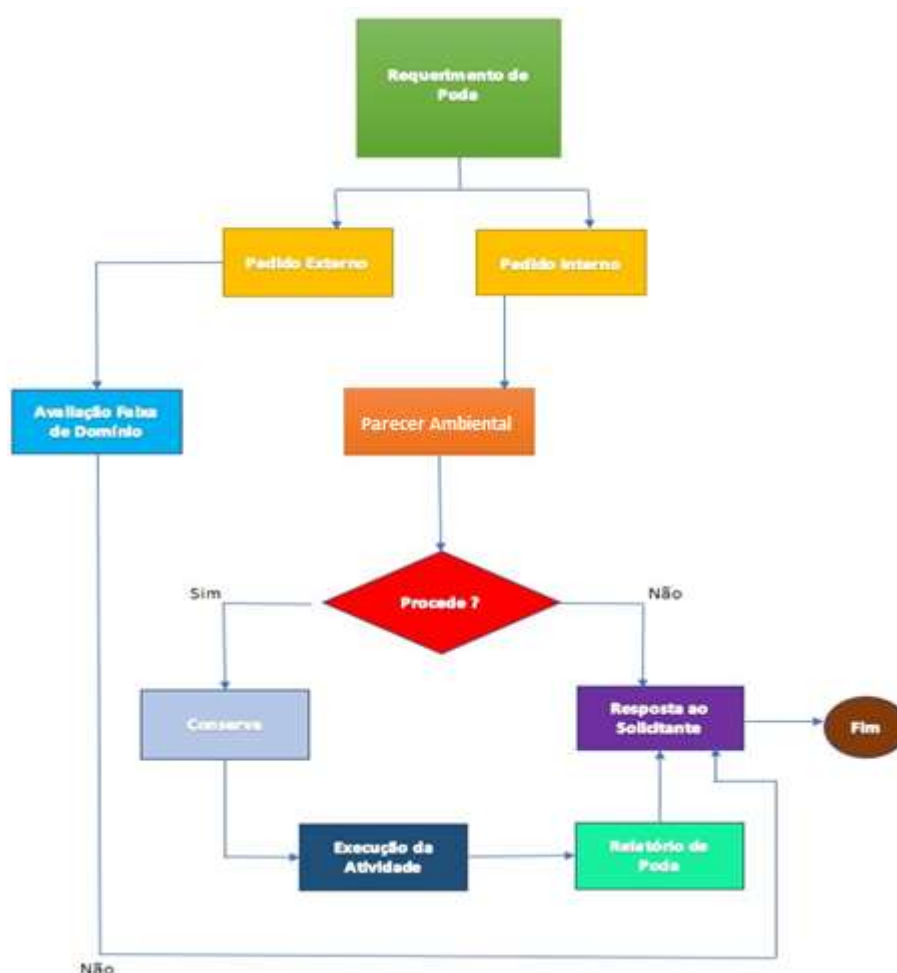


Figura 2.: Fluxograma de execução da atividade de poda.
Fonte: Autopista Fernão Dias, 2019.

3.5 Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva

De acordo com a NR-06, Equipamento De Proteção Individual (EPI) é todo dispositivo ou produto de uso individual destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e saúde do trabalhador.

Para as atividades deste procedimento, os colaboradores devem utilizar os EPIs definidos pela área de segurança do trabalho.

3.6 Fluxograma dos Processos de Supressão Vegetal

A **Figura 3** expõe o fluxograma dos processos de supressão vegetal de áreas com fragmento:

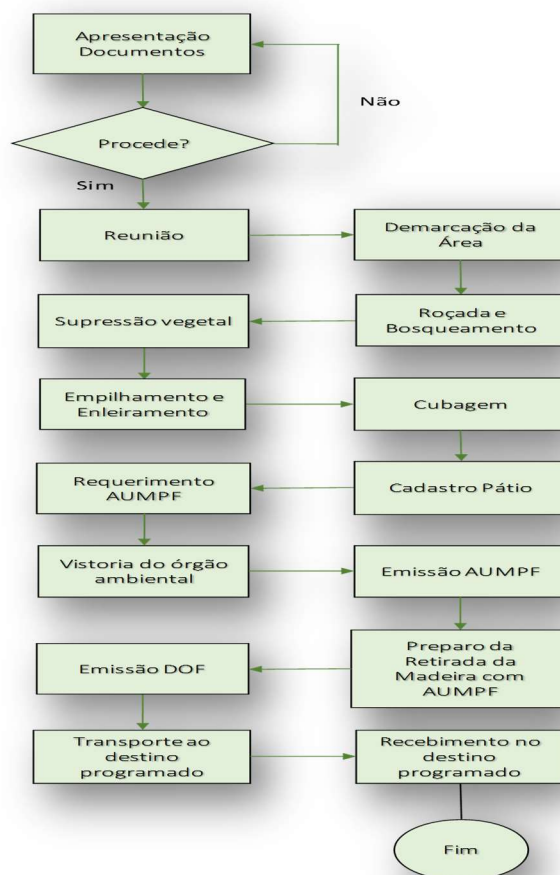


Figura 3: Fluxograma dos processos de supressão vegetal
Fonte: Autopista Fluminense, 2019

4 RESPONSABILIDADES

- 1) Este documento deverá ser seguido por todas as Concessionárias do Grupo Arteris;
- 2) A Concessionária deverá garantir que seus prestadores de serviços de supressão vegetal tenham conhecimento deste procedimento.
- 3)

5 ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

5.1 Dúvidas e Exceções

As dúvidas e avaliações de exceção relativas aos temas deste procedimento devem ser encaminhadas à Coordenação de Meio Ambiente da Concessionária Arteris, por e-mail ou outros canais de comunicação formalmente constituídos.

5.2 Sanções

A violação a qualquer termo ou condição deste procedimento, sujeitará o(a) infrator(a) a medidas corretivas previstas na legislação aplicável e regras internas, incluindo a possibilidade de suspensão

não remunerada do emprego e até mesmo a rescisão do contrato de trabalho, ou do contrato de fornecimento de bens ou prestação de serviços se terceiro, sem prejuízo de eventual(ais) medida(s) cabível(eis) na(s) esfera(s) administrativa e/ou cível e/ou criminal.

5.3 Controle e Histórico de Versões

Caso ocorra alterações/melhorias deste procedimento, este deve ser revisado com as devidas alterações, comunicado aos coordenadores das demais concessionárias e publicado na base do conhecimento.

Data	Versão	Sumário	Aprovação
21/05/2019	00	Aprovação desta norma	Diretoria Executiva de Relações Institucionais e Sustentabilidade
30/10/2019	01	Republicação após formatação	Diretoria Executiva de Relações Institucionais e Sustentabilidade
22/03/2023	02	Revisão geral do documento	Coordenação da Qualidade / Coordenação Ambiental
22/03/2023	02	Aprovação	Diretoria Executiva de Operações
	02	Publicação	Coordenação do Sistema de Gestão da Qualidade
29/08/2023	03	Revisão geral do documento	Coordenação Ambiental
01/09/2023	03	Aprovação	Diretoria Executiva de Operações
01/09/2023	03	Publicação	Coordenação do Sistema de Gestão da Qualidade

6 ANEXOS

Anexo 1 - Contrato Particular de Doação.

Anexo 2 - Formulário de Requerimento de Poda e Corte de Árvores.

Anexo 3 – Relatório de Poda e Corte de Árvores.